EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA em REVISTA

ISSN 2594-4827
Volume 8 / Número 2 / Ano 2024 – p. 31-44
DOI: https://doi.org/10.36524/profept.v8i2.1523

EVASÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DADOS DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA

AVOIDANCE IN TECHNICAL COURSES OF THE FEDERAL NETWORK OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF DATA FROM THE NILO PEÇANHA PLATFORM

[1]Daniela de Cássia da Silva Monteiro.
[2]Jane Piton Serra.

[1]IFSULDEMINAS. E-mail: daniela.silva@ifsuldeminas.edu.br.
ORCID: 0009-0009-5017-3800.
[2]IFSULDEMINAS. E-mail: jane.sanches@ifsuldeminas.edu.br.
ORCID: 0000-0002-8876-6566.

Artigo submetido em 08/12/2021 e publicado em 18/02/2025.

Resumo: Neste artigo analisou-se a evasão escolar nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Rede Federal. O estudo desse fenômeno ganha importância quando se percebe que impede a efetivação do direito à educação, mostrando-se como empecilho ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Além disso, a evasão acarreta o desperdício de recursos acadêmicos, econômicos e sociais. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar os dados sobre evasão nos cursos técnicos da Rede Federal, a partir das informações disponibilizadas na Plataforma Nilo Peçanha - PNP. Iniciou-se o estudo promovendo-se uma discussão sobre os conceitos e características da evasão escolar, bem como uma contextualização histórica e material das origens e bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Posteriormente, passou-se a uma análise sobre o fenômeno da evasão dentro dos cursos técnicos da Rede Federal, com base nos dados apresentados pela PNP. Realizou-se, por fim, o comparativo entre os dados da PNP e o proposto pela Meta 11 do Plano Nacional de Educação - PNE, o que demonstrou a necessidade improtelável de cada instituição de ensino investigar *in loco* esse fenômeno, a fim de produzir um conhecimento sistematizado que possa embasar ações que sejam capazes de combatê-lo, tornando-as mais efetivas e exitosas, maximizando dessa forma os índices de permanência e êxito dos alunos dentro da Rede Federal.

Palavras-chave: Abandono escolar - Fracasso escolar - Cursos Subsequentes

Abstract: This article analyzes school dropout in technical courses of the Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. The study of this theme gains importance when one realizes that dropping out of school prevents the realization of the right to education, becoming an obstacle to the full development of the person, their preparation for the exercise of citizenship and their qualification for the world of work. Furthermore, it entails the waste of academic, economic and social resources. Thus, this study aimed to analyze data on dropouts in technical courses from the Rede Federal, based on information made available on

the Plataformra Nilo Peçanha - PNP. The study began by promoting a discussion on the concepts and characteristics of school dropout, as well as a historical and material contextualization of the origins and conceptual bases of Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Subsequently, an analysis of the dropout phenomenon within the technical courses of the Rede Federal was carried out, based on the data presented by the PNP. Finally, a comparison was made between the PNP data and that proposed by Target 11 of the Plano Nacional de Educação - PNE, which demonstrated the undeniable need for each educational institution to investigate this phenomenon in loco, in order to produce a systematized knowledge that can support actions that are capable of combating it, making them more effective and successful, thus maximizing the permanence and success rates of students within the Rede Federal.

Keywords: School dropout - School failure - Subsequent courses.

1 INTRODUÇÃO

Ao tratarmos da relação entre educação, instituições de ensino e sociedade, conforme destacado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2014a), inevitavelmente deparamo-nos com algumas questões conflitantes, com especial destaque à retenção e à evasão. Com relação a definição de evasão escolar, Fini *et al.* (2013) esclarecem que devido a característica multifacetada desse fenômeno, há grande dificuldade para se construir um conceito consciente e uniforme que possa ser aplicável a todas as variadas situações já identificadas como evasão. Esse é um "fenômeno evolutivo e processual, cujo entendimento requer levar em conta a dimensão temporal em que ele se processa, bem como a articulação e sucessão da experiência do estudante que decide pôr um termo ao seu percurso escolar" (FINI *et al*., 2013, p.256).

Na concepção de Araújo e Santos (2012), a evasão apresenta-se como um problema de ordem democrática, já que o direito à permanência do aluno na escola não está sendo garantido, pois não basta viabilizar o acesso à instituição escolar, deve ser assegurada nela a permanência desse aluno por uma questão legal, visando a efetivação da democratização do ensino. Tal entendimento baseia-se no fato de que o direito à educação tem especial atenção dentro do ordenamento jurídico pátrio, sendo caracterizado no artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) como um direito social.

Tendo em vista a relevância da educação como meio de concretizar a construção do bem comum e de uma sociedade mais justa, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 206, inciso I estabelece que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Assim sendo, pode-se inferir que a efetivação desse direito social não passa apenas pelo acesso à escola, mas também pela permanência do aluno no curso pelo tempo necessário à sua conclusão. Isto posto, não basta admitir a educação como direito fundamental, é necessário consubstanciar e prover as ações que permitam a garantia desse direito (BRASIL, 2014a).

Diante desse contexto, o estudo da evasão escolar ganha importância quando percebemos que este fenômeno impede a efetivação do direito à educação, mostrando-se como empecilho ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Cabe enfatizar-se ainda que, em se tratando da evasão escolar, um desequilíbrio na equação que registra a diferença entre ingressantes e concluintes pode ser vital para gestão financeira e até mesmo para a sobrevivência de uma instituição de ensino. Por isso, os fatores que levam o indivíduo a abandonar uma oportunidade de ensino, muitas vezes sonhada e inatingível durante muito tempo, precisam ser investigados para que estratégias mitigadoras possam ser pensadas e

estabelecidas, de modo a proporcionar aos estudantes as condições adequadas para a conclusão dos cursos, bem como para sua formação integral.

Diante do supramencionado, faz-se oportuno neste artigo analisar a evasão escolar nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, delineia-se uma contextualização histórica e material das origens e bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, promovendo, então, uma análise sobre a evasão escolar nos cursos técnicos da EPT, com base nos dados apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Realiza-se, por fim, o comparativo entre os dados da PNP e o proposto pela Meta 11 do Plano Nacional de Educação – PNE. A partir desse estudo, almeja-se promover uma reflexão acerca da evasão escolar dentro da EPT, bem como sobre a necessidade de que as instituições concentrem esforços visando sua superação.

2 A EVASÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ao analisar especificamente a educação profissionalizante, Dore e Luscher (2011) ressaltam que a não obrigatoriedade dessa modalidade de ensino tem consequências significativas sobre o fenômeno da evasão. Nesse horizonte, consideram ainda indispensável à investigação do abandono escolar a análise dos níveis de escolaridade, dos tipos de evasão e das razões que a motivam (DORE; LUSCHER, 2011). Outra dimensão considerada salutar pelas autoras no estudo da evasão escolar refere-se à perspectiva adotada no exame da problemática: do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino, já que “a ótica sob a qual se investiga o fenômeno pode alterar significativamente os resultados da pesquisa, uma vez que diferentes atores atribuem diferentes significados às experiências” (FIGUEIREDO, 2014, p.36).

Ao analisar as dificuldades advindas da falta de consenso sobre o que é e como configura-se o fenômeno da evasão, Dore e Luscher (2011) concluem que a diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão torna o exame do problema bastante complicado, o que é acentuadamente atribulado quando se introduz nesse contexto de investigação as causas da evasão. Complementando, as autoras destacam que as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque ela é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive (DORE; LUSCHER, 2011). Essa variedade de causas que podem levar ao abandono escolar exige também uma variedade de medidas que possam promover a sua minimização.

Compreendendo a dificuldade inerente à efetivação de ações que busquem a diminuição da evasão nas instituições educacionais, o Tribunal de Contas da União – TCU ao analisar as causas desse fenômeno na Rede Federal em seu Acórdão nº 506 de 2013 (BRASIL, 2013), enfatiza que há fatores que fogem da total governabilidade das instituições, a exemplo das ações destinadas a mitigar diferentes problemas de natureza socioeconômica dos alunos. Isso posto, pode-se inferir que a complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais, e não apenas das instituições de ensino (DORE; LUSCHER, 2011).

No Acórdão supramencionado o TCU destaca, ainda, que a necessidade de coleta de dados sobre fatores causadores desse problema não se justifica apenas, e principalmente, pelo cumprimento da meta prevista no Plano Nacional de Educação – PNE, mas sim, pela imprescindibilidade de se possuir dados que permitam a elaboração de estratégias mais eficientes e eficazes de combate à evasão (BRASIL, 2013). O PNE, mencionado pelo TCU, é um documento que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do

país, definindo compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições, objetivando o avanço da educação brasileira (BRASIL, 2015).

Segundo o documento denominado “Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Bases” (BRASIL, 2015), as 20 metas do PNE estabelecem um horizonte para o qual os esforços devem convergir, visando a consolidação de um sistema educacional capaz de concretizar integralmente o direito à educação, extinguindo as barreiras para o acesso e a permanência escolar, abrandando as desigualdades e assegurando a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania. No grupo de metas estruturantes do PNE, que visam garantir o direito à educação básica com qualidade, situa-se a meta 11 que se refere especificamente à educação profissional e objetiva “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”. Dentre as estratégias relacionadas a essa meta encontra-se o item 11.11 que propõe “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) ” (BRASIL, 2014b).

Diante da necessidade de se monitorar, entre outros indicadores, a oferta de vagas e a evasão nos cursos da Rede Federal, e da dificuldade de se reunir essas e várias outras informações que possibilitassem a compreensão, ao menos quantitativa, do processo educacional que nela ocorre, fez-se necessária a criação de um instrumento que pudesse auxiliar na coleta e tratamento desses dados. Nesse contexto surgiu a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, instituída pelo Ministério da Educação em 2018, que se caracteriza como um ambiente virtual de coleta e validação de dados, assim como de publicização das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Seu objetivo é reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação. Esse instrumento tem por finalidade apresentar indicadores capazes de auxiliar na implementação de políticas públicas; auxiliar as instituições que compõem a Rede na tarefa de analisar seus processos escolares, e possibilitar a avaliação acerca do cumprimento dos objetivos e finalidades legalmente previstas para a Rede Federal (PNP, 2021).

Reconhecendo a importância e utilidade deste instrumento, bem como a necessidade de se conhecer a dimensão do fenômeno da evasão na educação profissional e tecnológica, a análise aqui apresentada teve como objetivo investigar os dados da evasão escolar nos cursos técnicos da Rede Federal, em especial nos subsequentes presenciais, através das informações disponíveis na PNP.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Considerando-se que o objeto desse estudo é levantar dados sobre a evasão, um fenômeno complexo e multifatorial, faz-se pertinente a utilização da abordagem qualiquantitativa para a sua análise. Esta investigação tem como fundamento a análise bibliográfica e documental acerca do tema em discussão.

Com intuito de apreender o objeto de estudo em sua contextualização histórica e sociocultural, na proposta dessa pesquisa, realizou-se o exame documental dos dados relacionados à eficiência acadêmica[1] do período de 2018 a 2021 disponibilizados pela

[1] Este indicador mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso.

Plataforma Nilo Peçanha, ou seja, desde sua implementação. Analisou-se também as séries históricas dos indicadores da meta 11 do PNE encontradas no Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base, bem como do estudo que busca aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE publicizado no Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação que trazem, entre outras informações, um panorama sobre a EPT na Rede Federal.

A partir do referencial teórico pesquisado e das informações coletadas na plataforma e nos documentos acima mencionados, passou-se a analisar os índices de eficiência acadêmica da Rede Federal frente a meta 11.11 do PNE que propõe que se alcance gradualmente até 2024 uma taxa de conclusão de 90% nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar as discussões acerca do fenômeno da evasão nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cabe esclarecer o contexto histórico e material em que surge a educação profissional como fruto do dualismo educacional caracterizado pela distribuição desigual da escolarização. Nesse contexto, corroboramos com Ciavatta e Ramos (2011) quando salientam que a utilização do conceito de dualismo educacional requer a compreensão das bases materiais da sociedade em que se vive, fazendo-se necessária a identificação das particularidades históricas da totalidade do processo, sem a qual se conduziria ao abandono da dialética, das mediações e contradições dos fenômenos sociais.

4.1 ORIGEM HISTÓRICA E MATERIAL DA EPT E SUAS BASES CONCEITUAIS

Ao se analisar as condições reais e históricas do ser humano, pode-se observar que estes se produzem a partir do trabalho, e para que isso ocorra é necessário que eles aprendam a se produzir em um processo educativo (SAVIANI, 2007). A partir desse pressuposto, é possível inferir que a origem da educação coincide com a origem do próprio homem, fato que está diretamente relacionado ao trabalho como meio de sobrevivência. Contudo, faz-se pertinente mencionar que essa compreensão ontológica da ação laborativa foi seriamente comprometida a partir do desenvolvimento da produção que levou à divisão do trabalho e das classes, fato que possibilitou que alguns poucos sobrevivessem do trabalho de muitos outros.

Desde essa época, a atividade intelectual e a atividade material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo passaram a destinar-se a indivíduos diferentes (MARX; ENGELS, 2007). E se as condições de vida mudam, as formas de se relacionar e educar também se alteram. Passou-se, então, como aponta Saviani (2007), a haver dois processos educativos, um para os proprietários dos meios de produção, que deu origem às escolas institucionalizadas, onde se ensinavam atividades intelectuais e exercícios físicos de caráter lúdico ou militar, e outro para os trabalhadores, que continuava guardando relação com o próprio processo de trabalho, mas agora sem a espontaneidade com a qual anteriormente ocorria.

Portanto, para seu cálculo são considerados apenas os alunos matriculados em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência, assim, o indicador de eficiência acadêmica disponibilizado na PNP em 2019 utiliza os dados dos ciclos concluídos até o ano de 2017, e o indicador de eficiência acadêmica disponibilizado na PNP em 2018 utiliza os dados dos ciclos concluídos até o ano de 2016.

Com o desenvolvimento da economia e o surgimento da sociedade capitalista, a relação entre trabalho e educação passou por um processo de redefinição. Essa nova forma de produção da existência humana, exacerbada pela Revolução Industrial, passou a determinar a reorganização das relações sociais, promovendo uma Revolução Educacional, forçando a escola a ligar-se de alguma maneira ao mundo da produção (SAVIANI, 2007). Para suprir essas novas necessidades específicas do sistema produtivo fez-se necessária a organização de novos cursos. A partir de então, surge o ensino profissional, fragmentado, especializado e unilateral, já maculado pela divisão social e técnica do trabalho.

Diante desse contexto, pode-se depreender que a educação profissional em seus primórdios nasce como benesse da burguesia à classe proletariada, com vistas à formação de operários qualificados e polivalentes demandados pelo desenvolvimento capitalista (DIAS, 2015). Esse modelo educacional, desde o início, não guardava nenhuma relação com a conjugação apresentada por Marx entre trabalho produtivo e ensino, já que tinha por finalidade atender às demandas produtivas ao invés de propiciar uma formação humana que propagasse a integração de todas as dimensões da vida no processo formativo (DIAS, 2015).

No caso do ensino médio e da educação profissional no Brasil, a visão fragmentada e dual da educação remonta aos tempos da Colônia, quando se promoveu uma nítida reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral e a preparação imediata para o mercado de trabalho (CIAVATTA; RAMOS, 2011). Desde então, a educação profissional vive um processo de reconstrução de sua identidade, passando a ter como finalidade almejada, como nos ensina Ramos (2014), proporcionar a compreensão acerca das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, habilitando as pessoas para o exercício autônomo e crítico das profissões.

Tal reconstrução busca reafirmar a articulação entre trabalho e ensino como meio para formar integralmente os homens, isto é, em sua completude, promovendo o desenvolvimento das amplas capacidades humanas, intelectuais e práticas; além da ampliação da capacidade de compreensão de sua realidade específica e da relação desta com a totalidade social (FRIGOTTO; ARAÚJO, 2015), o que extrapola o campo do ensino unicamente profissional. Nesse viés, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012) trazem como princípios norteadores, entre outros, o trabalho como princípio educativo e a preparação para o exercício das profissões técnicas visando à formação integral do estudante.

Frente a esse cenário, tem grande importância o processo de expansão e de interiorização da educação profissional pública federal, que se intensificou a partir da Lei nº 11.892/2008 instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como uma nova expressão das políticas de redução das desigualdades sociais e territoriais. Figueiredo (2014) destaca que além da dimensão econômica motivadora dessa expansão, é também necessário evidenciar sua relevância social, refletida nos debates cada vez mais frutíferos acerca das finalidades da formação profissional.

A expansão dos quantitativos de matrículas em EPT, e em especial na Rede Federal, podem ser verificados no Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2020), segundo o qual o segmento público alcançou percentual superior a 50% de participação na expansão dessas matrículas no período de 2014 a 2019, ultrapassando, portanto, o percentual vislumbrado pela meta 11 do PNE. Durante esse período, a Rede Federal apresentou a melhor evolução com relação à expansão do número de matrículas, com acréscimo de 47,1%, enquanto as redes estaduais tiveram crescimento médio de 16,6%; as privadas, de 9,4%; e as municipais apresentaram queda de 28,9%. Neste ínterim, o quantitativo de matrículas de EPT passou de 1.602.946 em 2013 para 1.874.974 em 2019, o

que representa ínfimos 8,5% da expansão necessária para se atingir a meta estabelecida para o ano de 2024 que seria de 4.808.838 matrículas em EPT.

Se o cumprimento da expansão das matrículas de EPT prevista no PNE de 2014 – 2024 já se apresenta como um grande desafio, o que dizer sobre a meta de 90% de conclusão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?

4.2 EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS DA REDE FEDERAL À LUZ DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA

Os relatórios de monitoramento das metas do PNE de 2014 a 2024 disponibilizados até o momento não fazem menção aos índices de conclusão nem de evasão alcançados nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal. Diante desse fato, faz-se oportuno ressaltar que por não haver um consenso entre os pesquisadores da área acerca da definição do termo evasão, é necessário que se tenha clareza a respeito do conceito adotado ao estudar esse fenômeno, bem como sobre a forma de quantificação da evasão assumida, pois cada uma delas tem suas vantagens e desvantagens (SILVEIRA, 2017). Assim sendo, diferentes definições para esse fenômeno nos levam a diferentes tipos e índices de evasão, o que dificulta a realização de comparações entre resultados obtidos e exige especial atenção daqueles que se utilizam desses resultados como base para a tomada de decisões políticas e práticas institucionais (SILVEIRA, 2017).

Frente a essa conjuntura, optou-se por analisar os índices de conclusão e evasão com base na Plataforma Nilo Peçanha. A escolha dessa fonte de dados ocorre, não necessariamente por ser sua metodologia a mais adequada, mas sim por ser o único instrumento publicizado que possibilita o acesso a dados relacionados a evasão escolar padronizados e validados. Os indicadores utilizados são de 2018 a 2021, que se valem para computar a eficiência acadêmica deste período, dos dados de 2016 a 2019 da Rede Federal (Tabela 1).

No ano de 2021 os dados da PNP apontam que o índice de eficiência acadêmica dos cursos técnicos da Rede Federal chegou somente a 50,9%. Os indicadores revelam, ainda, que apenas 44,55% dos alunos que deveriam ter concluído seus cursos até o ano de 2019, compondo o índice de conclusão apresentado pela PNP no ano de 2021, o fizeram. Do restante dos matriculados que deveriam ter se formado em 2019, 42,89% evadiram e 12,56% encontram-se retidos[2]. Apesar desses dados demonstrarem uma evolução se comparados aos revelados pela PNP no ano de 2018 e 2019, quando a eficiência acadêmica dos cursos técnicos da Rede Federal chegou a 44,4% e 45,5% respectivamente, podemos identificar um pequeno decréscimo deste indicador com relação ao ano de 2020 quando a eficiência acadêmica desses cursos alcançou 51%.

Os dados da Tabela 1 mostram, ainda, que há variações no índice de eficiência acadêmica nas diferentes regiões do país, contudo, em todas elas pode-se verificar uma realidade preocupante, já que esses indicadores se encontram entre 46,8% e 58,1%, conforme os dados disponibilizados pela PNP no ano de 2021, ficando muito abaixo do índice de conclusão preconizado pela meta 11.11 do PNE.

Especificamente com relação aos cursos técnicos subsequentes presenciais da Rede Federal, os dados são ainda mais alarmantes, como pode-se observar na Tabela 2.

[2] O Índice de Retenção corresponde ao quantitativo de alunos que permanecem matriculados por período superior ao previsto para a conclusão de um curso, acrescido de 1 ano.

As informações da PNP no ano de 2018 revelaram que apenas 37,80% dos alunos, matriculados em cursos técnicos subsequentes presenciais da Rede Federal cujas datas de finalização previstas ocorreriam em 2016, haviam concluído seu curso até o final de 2017, enquanto 56,05% já haviam evadido, restando, ao final deste ano, 6,85% ainda retidos. Nos anos seguintes o índice de eficiência aumentou, atingindo o máximo em 2020. Esse aumento relaciona-se diretamente à diminuição da taxa de evasão que alcançou 51,12%, apresentando uma redução em torno de 3,82%, comparada ao quantitativo evidenciado no ano anterior.

Tabela 1 – Eficiência Acadêmica nos cursos técnicos da Rede Federal.

Região	Ano	Índice de Conclusão %	Índice de Evasão %	Índice de Retenção %	Eficiência Acadêmica %
Toda a Rede Federal	2018	41,6	52,08	6,32	44,4
	2019	43,27	51,83	4,9	45,5
	2020	45,72	43,88	10,41	51
	2021	44,55	42,89	12,56	50,9
Centro-oeste	2018	37,31	52,5	10,18	41,5
	2019	44,17	52,17	3,66	45,9
	2020	41,9	48,54	10,37	45,8
	2021	42,35	48,09	9,55	46,8
Nordeste	2018	40,75	51,5	7,74	44,2
	2019	41,19	51,92	6,89	44,2
	2020	42,49	46,36	11,15	47,8
	2021	40,54	45,86	13,6	46,9
Norte	2018	43,65	50,21	6,12	46,5
	2019	47,38	47,4	5,22	50
	2020	43,79	40,36	15,85	52
	2021	40,27	41,28	18,45	49,4
Sudeste	2018	42,79	52,71	4,51	44,8
	2019	43,29	53,5	3,21	44,7
	2020	51,82	42,09	6,09	55,2
	2021	51,91	37,43	10,66	58,1
Sul	2018	43,26	53,18	3,55	44,9
	2019	43,83	50,56	5,61	46,4
	2020	47,01	41,49	11,5	53,1
	2021	45,6	44,15	10,24	50,8

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados de 2018, 2019, 2020 e 2021 extraídos da PNP.

A versão da Plataforma Nilo Peçanha publicizada em outubro de 2021, retrata valores que interrompem essa tímida evolução dos indicadores aqui analisados. Nesse ano, a eficiência acadêmica da Rede Federal no que concerne aos cursos técnicos subsequentes presenciais, retrocedeu ao mesmo quantitativo de 2018, quando este instrumento passou a ser utilizado na composição dos indicadores da Rede.

Como visto na Tabela 2, os dados gerais para a eficiência acadêmica da Rede Federal diminuíram em 2021, mesmo com a redução de 5,11% do percentual de evasão nesses cursos no mesmo período, alcançando 50,94% na PNP de 2021. Essa aparente incongruência explica-se devido ao aumento no índice de retenção que chegou a 15,36% dos alunos que

deveriam ter concluído seu curso no ano de 2019, configurando um aumento de 8,51% para esse indicador.

Tabela 2 – Eficiência Acadêmica dos cursos técnicos subsequentes presenciais da Rede Federal.

Região	Ano	Índice de Conclusão %	Índice de Evasão %	Índice de Retenção %	Eficiência Acadêmica %
Toda a Rede Federal	2018	37,09	56,05	6,85	39,8
	2019	37,69	54,94	7,38	40,7
	2020	37,09	51,12	11,79	42
	2021	33,71	50,94	15,36	39,8
Centro-oeste	2018	29,42	58,59	11,99	33,4
	2019	26,79	66	7,21	28,9
	2020	26,53	55,91	17,56	32,2
	2021	30,57	57,17	12,26	34,8
Nordeste	2018	36,19	57,47	6,33	38,6
	2019	35,46	56,81	7,72	38,4
	2020	36,04	52,52	11,43	40,7
	2021	32,59	53,37	14,04	37,9
Norte	2018	36,01	56,45	7,54	38,9
	2019	40,24	52,58	7,18	43,4
	2020	38,2	49,9	11,9	43,4
	2021	32,05	47,51	20,44	40,3
Sudeste	2018	42,94	51,23	5,84	45,6
	2019	46,91	48,83	4,26	49
	2020	45,43	45,76	8,82	49,8
	2021	42,88	44,3	12,82	49,2
Sul	2018	38,69	55,3	6,01	41,2
	2019	39,69	51,74	8,57	43,4
	2020	37,72	50,39	11,89	42,8
	2021	34,07	48,29	17,64	41,4

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados de 2018, 2019, 2020 e 2021 extraídos da PNP.

Considerando-se que, segundo a metodologia adotada pela PNP, os indicadores de eficiência acadêmica são gerados com dados coletados ao final do ano seguinte àquele inicialmente previsto para conclusão de um curso, dando aos alunos um período a mais para seu término antes de considerá-los como retidos, a elevação nos quantitativos de retenção, possivelmente, configura-se como um reflexo do impacto da pandemia de COVID-19 no sistema educacional brasileiro. Devido à necessária adoção de distanciamento social a partir de março de 2020, muitas instituições da Rede Federal suspenderam momentaneamente suas aulas, o que fez com que o calendário letivo de 2020 adentrasse o ano de 2021. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2020, quando os dados para esse indicador da PNP de 2021 foram coletados com relação aos cursos cuja finalização estava prevista para 2019, encontrava-se ainda em andamento o segundo semestre letivo de 2020, o que inviabilizou a maioria das

conclusões desses alunos dentro do período de coleta de dados da PNP, impactando diretamente o indicador de eficiência acadêmica dos cursos da Rede Federal. Podemos ainda esperar que o índice de eficiência acadêmica continue sendo afetado pela pandemia de COVID-19 nos próximos anos, visto que a pandemia ainda não se encerrou, já impactando também os dados do ano de 2021, que serão utilizados para compor os indicadores de eficiência acadêmica dessa Rede na PNP apenas no ano de 2024.

Ademais, nesse período o país tem passado por uma notória crise econômica, podendo levar ao aumento nos dados também de evasão, especialmente nos cursos subsequentes, onde os alunos costumam já estar vinculados, ou em vias de se vincular, ao mercado de trabalho. Com relação a esse embate entre produzir a própria subsistência e realizar uma formação profissional em cursos subsequentes, Silva et al. (2013) concluíram, ao analisar a evasão e o perfil dos alunos evadidos nesses cursos em uma instituição da Rede Federal, que independentemente das condições do trabalho que esses alunos desempenham, seja ele formal ou informal, a condição de trabalhador se sobrepõe à condição de estudante, por conta da situação socioeconômica a eles imposta. Assim, essa sobreposição das necessidades do trabalho em período de crise, em detrimento do estudo, pode acarretar o aumento dos índices de evasão nos cursos subsequentes.

Comparando os dados das Tabelas 1 e 2, é possível ainda verificar que os índices para evasão e retenção são maiores nos cursos técnicos subsequentes (Tabela 2) do que quando se consideram todos os cursos técnicos da Rede Federal (Tabela 1). Consequentemente, o índice de eficiência acadêmica nos cursos técnicos subsequentes é menor, indicando que ações para se entender as causas da evasão nesses cursos, visando a mitigação do abandono escolar, tem papel crucial para a melhoria dos índices de conclusão de toda a Rede Federal.

Ao analisarmos os indicadores da Tabela 2, observamos que em todas as regiões os índices de evasão apresentados pela PNP 2021 são superiores a 44%, o que corresponde a um total de 27.612 alunos que deveriam ter concluído seus cursos em 2019, ou até o final de 2020 contando-se um ano extra para que isso ocorresse, mas que acabaram evadindo. Já os indicadores de eficiência acadêmica dessas regiões, como se pode observar na tabela acima, variam de 34,8% a 49,2%, valores bastante distantes dos 90% propostos como meta até 2024 no Plano Nacional de Educação.

Diante da análise desses dados faz-se pertinente enfatizar que discutir o fenômeno da evasão e implementar ações que possam minimizar esse problema é também uma forma de se contribuir para assegurar a própria qualidade da educação, que inclui a formação integral do estudante, já que não é possível promovê-la quando o direito básico do aluno à permanência na escola não é garantido (FIGUEREDO, 2014).

Partindo-se do pressuposto de que o fenômeno da evasão é um problema que traz consequências não apenas para os próprios indivíduos evadidos, mas para a sociedade como um todo, deve ser interesse coletivo combatê-lo, o que só pode ser feito a partir do esforço de compreensão de suas causas, pois, ainda que seja possível prever, pela similaridade das instituições da Rede Federal, que algumas das motivações para o abandono escolar se repetirão nos mais diversos níveis e modalidades da educação, é necessário investigar a partir das especificidades de cada realidade (FIGUEIREDO, 2014), já que cada instituição tem contextos e características próprias.

Diante desse cenário, é preciso se levar em conta que a evasão escolar, como todos os fenômenos educativos, configura-se como algo extremamente complexo, tendo no dinamismo e na historicidade suas principais características (LUDWIG, 2003). Essa complexidade possui diferentes nuances, razão pela qual, como bem ressaltam Santos e Silva (2011), o tratamento adequado desse fenômeno não pode se restringir ao campo da educação, ele exige aproximação de saberes originários de outras áreas do conhecimento evitando toda

individualização do problema. Por isso vem sendo também estudado, por exemplo, por sociólogos, profissionais da área da saúde e economistas. Tendo essa perspectiva como fundamento, o Ministério da Educação, no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014a), reconhece, com relação especificamente ao contexto da Rede Federal, os obstáculos que circundam o problema da evasão escolar e o seu combate.

Partindo desse panorama e tendo esses dados como fundamento, resta clara a necessidade de ações que busquem conhecer as causas da evasão para, a partir de então, serem desenvolvidas estratégias que visem minimizar o problema do abandono escolar a curto, médio e longo prazo, garantindo o direito do aluno de permanência na escola e de conclusão de sua formação, bem como subsidiar a elevação dos indicadores de eficiência acadêmica da Rede Federal. Para que tais ações sejam efetivas, deve-se partir da compreensão da evasão como um fenômeno multifatorial e complexo, buscando encontrar suas causas determinantes em cada contexto específico. Assim sendo, é preciso que as instituições escolares percebam com clareza que não há receita pronta e acabada para se lidar com esse problema, mas sim a ser construída a partir da própria realidade, sendo indispensável, nesse percurso, ouvir os sujeitos envolvidos no processo formativo a que a instituição se propõe, tanto servidores quanto alunos matriculados e evadidos.

Faz-se pertinente, entretanto, ressaltar que os fatores internos à instituição que levam à evasão são possíveis de serem analisados e readequados pela comunidade escolar, com o apoio das políticas públicas, contudo, os fatores externos, por envolverem todo o sistema político, econômico, cultural e social, fogem do campo de ação exclusiva da instituição, dependendo de ações mais amplas para que se alcance os resultados desejados. Assim sendo, pode-se afirmar que a educação pode procurar a resposta para seus próprios problemas; resposta, não solução, pois a solução de problemas como a evasão, não necessariamente está na escola, mas na transformação social (FORNARI, 2010) extrapolando a seara de ação da instituição escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional e tecnológica apresenta-se como uma possibilidade de efetivação de uma formação plena e integral dos indivíduos. No Brasil, a expansão e interiorização da educação profissional pública federal, como uma nova expressão das políticas de redução das desigualdades sociais e territoriais, proporcionou tanto a ampliação física, quanto a democratização da oferta de vagas nas diversas modalidades de ensino, promovendo novas oportunidades de acesso à formação profissional.

Neste contexto, a análise dos dados referentes à evasão ganha importância quando percebemos que esse fenômeno impede a efetivação do direito à educação, constitucionalmente resguardado, mostrando-se como empecilho ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Além disso, a evasão acarreta o desperdício de recursos acadêmicos, econômicos e sociais, fato que causa diversos problemas para as instituições e concomitantemente para a sociedade, uma vez que vagas ficam ociosas e profissionais deixam de ser formados para o mundo do trabalho.

Ainda que desenhar políticas ou estratégias de combate a esse fenômeno nas instituições de educação profissional e tecnológica seja uma tarefa complexa e de difícil execução, deve-se compreender que essa é uma ação que se mostra indispensável frente aos índices de evasão atualmente verificados. Por isso, acredita-se ser de suma importância que cada instituição de ensino, partindo da compreensão da evasão como um fenômeno

multifatorial e complexo, se dedique a encontrar as causas que são determinantes para que esse fenômeno ocorra em seu contexto específico.

Diante da convicção de que esse é um problema com o qual as instituições de ensino sempre conviverão, e da compreensão da dinamicidade desse fenômeno, recomenda-se que estudos futuros tenham como alicerce não só a busca por suas causas ao longo do tempo, mas também a disposição para ouvir os atores a ele relacionados, direta e indiretamente, construindo e alimentando um processo democrático de combate à evasão escolar. Tal investigação deve ter como finalidade a produção de um conhecimento sistematizado que possa embasar ações de combate à evasão, tornando-as mais efetivas e exitosas, maximizando dessa forma os índices de permanência e êxito dos alunos dentro dessas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristiane F. de; SANTOS, Roseli A. dos. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/ externos às instituições que causam a evasão escolar. In: The 4th International Congress on University-Industry Cooperation. Taubate, 2012. Disponível em: < https://silo.tips/download/a-educaao-profissional-de-nivel-medio-e-os-fatores-internos-externos-as-institui >Acesso em: 08 de nov. de 2019.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. > Acesso em: 08 de nov. de 2019.

BRASIL. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 06 de dez. de 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 506/ 2013. Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Sessão de 13 de mar de 2003. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=8995767> Acesso em: 06 de nov. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Orientador Para A Superação Da Evasão E Retenção Na Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica, 2014a. Disponível em: < http://r1.ufrrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf.> Acesso em 15 de out. de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.> Acesso em: 14 de nov. de 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf > Acesso em 20de jan. de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020. – Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_terceiro_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf >Acesso em 20 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha, 201. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/#/login > Acesso em 30 de out. de 2021.

CIAVATTA, Maria; RAMOS. Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42> Acesso em 30 de out. de 2020.

DIAS, Vagno Emygdio Machado. A educação integrada e a profissionalização no ensino médio. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8696/TeseVEMD.pdf?sequence=1&isAllowed=y > Acesso em 30 de out. de 2020.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?lang=pt > Acesso em: 14 de nov. de 2019.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva. Análise dos Fatores Geradores de Evasão no Curso Técnico em Telecomunicações do Cefet-Rj/Uned Petrópolis: Uma Reflexão Sobre Qualidade em Educação Profissional. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/854> Acesso em: 14 de nov. de 2019.

FINI, Roberto; HEIJMANS, Rosemary Dore; LUSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado. In: CUNHA, Daisy Moreira. et al. Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, p. 235-275. 2013.

FORNARI. Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, 2010. Disponível em: < http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027> Acesso em 30 de abr. de 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos Lima. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão. Natal: UFRN, v. 52, n.38. p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956 > Acesso em 30 de abr. de 2021.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. A Pesquisa em Educação. Revista Linhas, Florianópolis, v. 4, n.2, p. 251-268, 2003. Disponível em:

<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1215 > Acesso em 15 de abr.de 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. 3ºed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SANTOS, Gerogina Gonçalves dos; SILVA, Lélia Custódio da. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). Observatório da vida estudantil: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, p. 249-262. 2011. Disponível em: < https://static.scielo.org/scielobooks/n656x/pdf/sampaio-9788523212117.pdf> Acesso em 15 de abr. de 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt > Acesso em: 14 de out. de 2019.

SILVA, Claudio Nei Nascimento da Silva; CONCIANI, Fernanda; AZEVEDO, Márcio Adriano de; BOMFIM, Cristiane Jorge Lima; VAZ JUNIOR, Oswaldo Junqueira ; MIRANDA, Evelynne Katriny Silva de Sousa; SOUZA, Maiane Araújo. Dualidade estrutural no ensino técnico profissionalizante em Brasília (IFB): uma análise do discurso oficial de inclusão e as dificuldades de permanência dos alunos. Revista EIXO. Brasília, v. 2, n. 1, p. 2-16,2013. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/95 > Acesso em: 14 de out. de 2021.

SILVEIRA, Fernanda Romanezi da. A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes. 2017. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_b9e7bd850b5a5b6a8d30f0752aa661a0 > Acesso em: 10 de ago. de 2021.